



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ACTA N.º 8 **MANDATO 2009/2013**

Aos vinte dias do mês de Setembro do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Extraordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

1. Análise e discussão dos assuntos para a 3ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal de Valongo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Arnaldo Pinto Soares, Luísa Maria Correia de Oliveira, Maria José Baptista de Moura Azevedo e José Pedro Paupério Martins Panzina. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Ana Maria Martins Rodrigues, António Jorge Duarte do Aído e António Marques Oliveira, tendo sido substituídos, respectivamente, por Paulo da Rocha Gomes, José Manuel Pereira e Ivo Vale das Neves. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem fazer alguma intervenção. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos** apresentou um pedido de desculpas ao Deputado Daniel Torres Gonçalves, cujo documento se anexa à presente acta como **Doc.1** -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.2**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dar uma explicação prévia, por parte do Grupo Municipal do PS, sobre esta sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Disse de seguida que houve uma alteração no quadro legal, operada pelos decretos regulamentares publicados em 2009, que dão maior protagonismo, e maior responsabilidade às Autarquias. -----

A Assembleia Municipal na Lei das Autarquias Locais tem uma competência capital, que é de acompanhar os assuntos do Município. E, se há assunto importante é o processo de revisão do PDM. -----

Disse, ainda que o PS tem uma responsabilidade acrescida, porque o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

representante na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM desempenha funções na Mesa da Assembleia, e foi eleito nas listas do PS. Portanto, a posição que tem de ter no quadro de funcionamento da Comissão de Acompanhamento é a posição da Assembleia Municipal, e não a posição do PS. -----

Continuou, dizendo que existe outra questão que se prende com a necessidade e pertinência de convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal; é a de permitir aos Partidos, sem representação na Câmara Municipal, a possibilidade e o direito (que a lei lhes permite), de participarem na discussão do processo, que de outra forma dificilmente teriam. -----

Acrescentou que “toda a história da revisão do actual PDM obriga-os a perceber que o que faz sentido é acompanhar o processo, e não no final, como está na lei, votarem uma proposta de revisão do PDM”. -----

De seguida manifestou abertura, por parte do Grupo Municipal do PS, para uma sugestão que foi feita pelo Grupo Municipal do BE, de constituição de uma Comissão A-doc, sem qualquer formalismo, a começar de imediato, para acompanhar a matéria do ponto de vista da Assembleia. -----

Informou que em relação às Senhas de Presença desta sessão, os Deputados do PS vão atribuí-las a uma IPSS carenciada. -----

Disse, ainda, que ao contrário do que disse a Deputada Rosa Maria Martins, a Assembleia pode, sobre o ponto em discussão “deliberar recomendações”. Por outro lado, não podem ignorar, que “se os proprietários souberem que há uma redução de 10% na área urbanizável, naquilo que é a proposta que está no PDM, vão querer saber quais as razões dessa opção”. -----

Pretende que o processo seja participado, porque as opções em termos de ordenamento do território, hoje, têm impacto nos próximos 10 a 15 anos. ----- Terminou dizendo: tem que ser feito, com o envolvimento de todos. A Assembleia Municipal é o órgão de Fiscalização da acção do Executivo. Diminuir o seu papel está errado. -----

De seguida fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.3**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer que gostava de se referir a algumas questões que levaram à convocação da Assembleia extraordinária. -----

Informou que, a CDU, é um dos subscritores porque foram abordados pelo PS, concretamente pelo seu Líder Municipal, e convidados a subscrever o que fizeram, incondicionalmente. -----

Disse ainda, que já tinham feito um reparo porque, se fossem eles a assumir a dinâmica que levou à realização da Assembleia Municipal, teriam convidado a Coragem de Mudar, o PSD, o CDS e o Deputado Independente, pois entendem que é um assunto que deve merecer a maior envolvimento. -----

Disse de seguida que admitiam todas as críticas, e reparos e aceitam que pode não ser a solução ideal mas, tendo em conta as circunstâncias que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

rodaram esta questão, não apareceu melhor. Tendo em conta o calendário que se colocava, (está marcada para o dia 22/9 uma reunião de Acompanhamento da Revisão do PDM), esta reunião devia realizar-se oportunamente e no dia 20/9, porque não poderia ser depois. -----

Continuou dizendo que o Primeiro Secretário Queijo Barbosa colocou, em Conferência de Representantes, a preocupação de manifestar a opinião da Assembleia Municipal na reunião da Comissão de Acompanhamento, não se recordando de ter surgido uma opinião no sentido de encontrarem outra solução. -----

Em relação às Senhas de Presença, não considera uma preocupação de, excepcionalmente, entregar a sua a uma Instituição pois é prática da CDU no exercício nos Órgãos Autárquicos, adoptar o princípio de não ser prejudicado nem beneficiado. O dinheiro desta senha de Presença, como todas, entrega à CDU para fortalecer a luta por uma melhor vida das populações. -----

Quanto à intervenção do Deputado Diomar Santos afirmou que existem muitas coisas boas e coisas más, mas considera a sua atitude de hoje, um dos grandes momentos da vida autárquica no concelho de Valongo, pois é assim que se definem os Homens, ao reconhecerem os erros. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa a presente acta como **Doc.4**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que o Grupo Municipal do BE, no mandato anterior, propôs a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal, na revisão do PDM, pois achavam uma questão fulcral e importante para a Assembleia e, provavelmente, se tivesse sido aprovada, hoje estariam mais bem documentados e, não se faria uma reunião extraordinária. -----

Disse de seguida que, para o BE, quando lhes foi colocada a ideia da convocatória, partiram do princípio de que tudo o que possa contribuir para a discussão do PDM pela Assembleia, (que é quem em última instância vai aprovar o PDM), estão a favor. -----

O facto de no Requerimento, não constar a Coragem de Mudar, o PSD, o CDS e o Presidente de Junta de Alfena, pelo menos da parte do BE não é assim tão importante, porque não houve qualquer intenção de colocar à margem as outras forças políticas. -----

Disse que a questão até tinha sido colocada mas que, por uma questão de relacionamento institucional com os partidos, assinariam o Requerimento se a iniciativa fosse de outra força qualquer. Teriam feito a mesma coisa. -----

Quanto à desvalorização que se tenta fazer da Assembleia, não estão de acordo, porque a Assembleia serve para um melhor esclarecimento. A discussão pode ser feita de outras maneiras e serve também para a Câmara, (se quiser ouvir a Assembleia), tirar algumas ilações. -----

Terminou dizendo que esta discussão serve sobretudo para o Representante deste órgão ter melhores indicações por parte da Assembleia e, na reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

da Comissão de Acompanhamento fazer a sua intervenção. -----
De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.5.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do CDS/PP Alexandre Manuel da Silva Santos** começou por informar que relativamente à sua Senha de Presença iria dá-la à Instituição Mãe D'Água. -----

Disse de seguida ter percebido que não vão discutir o PDM. -----
Disse ainda que considera o PDM um documento extremamente importante para o concelho e que o CDS até tem um grupo de trabalho a estudar as alterações que vão propor. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.6.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que relativamente à convocatória da Assembleia, só a compreende porque, provavelmente, alguns dos Deputados necessitam de encontrar um palco público, onde possam explanar os seus dotes oratórios e obter algum protagonismo disso. -----

Disse de seguida que no caso particular do Deputado Alexandre Teixeira, ainda bem que ela se realizou porque este Deputado vai disponibilizar a sua Senha de Presença a favor da Mãe D'Água. -----

Continuou dizendo que a título de exemplo, os custos dos manuais escolares - livros para os 22 alunos da Mãe D'Água, que frequentam a escola primária e a escola secundária - rondam os mil euros. -----

Relativamente a uma afirmação feita pelo Deputado José Manuel Ribeiro, quando demonstrou a sua preocupação pelo PDM prever um corte de 10% na área urbanizável, ainda bem, pois fica muito satisfeito com esse corte. -----

Continuou dizendo que ao longo dos últimos anos, todos - de qualquer quadrante político - têm tecido as suas críticas por se ter construído com falhas de rigor. Considera positivo que esse corte seja efectuado, bem como a coragem de encarar e reconhecer os erros, dos quais o PS não pode lavar as mãos, pelos erros excessivos por si cometidos na área urbanizável de Valongo. Ainda bem que a revisão do PDM prevê essa redução. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** começou por dizer "não terem qualquer proposta, pois discordam com a realização da Assembleia, quer por um motivo formal, quer por um motivo substancial". -----

Quanto ao motivo formal; a maneira como ela foi requerida e convocada, pois no artigo 20º do Regimento, o Presidente da Assembleia só é obrigado a convocar as reuniões ordinárias; as extraordinárias só são convocadas se ele assim o entender pois pode ter razões para não a convocar, de acordo com o número 5 do artigo 20º., "quando o Presidente da Assembleia Municipal não efectue a convocação nos termos referidos no n.º 1, podem os requerentes", não é, pois, obrigado a convocar reuniões extraordinárias. -----
Portanto, a reunião foi convocada de uma maneira que, curiosamente, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

peessoas que estavam de boa fé denunciaram o contrário, quer o Deputado Adriano Soares da CDU, quer o Deputado António Monteiro do BE, porque ao dizerem que foram convidados a assinar, colaboraram de boa fé. ----- Disse de seguida que se trata de uma forma enviesada de conseguir algum protagonismo, não sabendo com que sentido, discordando totalmente dessa maneira de fazer as coisas. -----

Por outro lado, se a questão do PDM é tão importante, como é que o promotor, ou promotores, da reunião vão convocar dois dos Grupos Municipais e esquecem os outros? Que seja do seu conhecimento, os Grupos Municipais do PSD, do CDS, da Coragem de Mudar, nunca se manifestaram contra a discussão do PDM! -----

Disse de seguida que Grupo Municipal do BE propôs uma comissão que considera importante e que o Grupo Municipal da CDU também considera, o Grupo Municipal do PSD disse que estão disponíveis, então a que propósito é que haviam de ser postos de lado? -----

Quanto à razão substancial, considera que não havia, ainda, condições para discutir o PDM. Este, é o documento mais importante numa autarquia, um documento que estrutura tudo até a maneira dela funcionar. E porque é tão importante é necessário criar condições para se ter informação cabal e completa sobre a proposta do PDM, o que não acontece neste momento, pois a proposta ainda não está terminada. -----

Na reunião do dia 22 de Setembro da Comissão de Acompanhamento, o que se vai dizer é o que tecnicamente se pode pôr ou não, aquilo com o que concordam ou discordam e, a partir daí estarão em condições para se começar a discutir e a perceber as alterações. -----

Disse concordar com o Deputado do BE António Monteiro, quando afirmou que devia haver, ou ter havido ao longo do tempo, mais informação sobre o que se passa com a revisão do PDM. Porém nunca se conseguiu porque não foram acertadas as agulhas. -----

Considera importante que fossem tendo conhecimento do que se passa, dos critérios adoptados e tudo o que está amplamente explanado no relatório. Mas o relatório é um documento extremamente complexo, com coisas que às vezes é preciso perguntar ao técnico o que querem significar. -----

Disse ainda que "não dão para esse tipo de peditórios, não dão cobertura a esse tipo de realizações, vão votar contra todas as propostas que aqui e agora sejam feitas, mesmo estando de acordo com o seu conteúdo". -----

Terminou dizendo que louvava o Deputado Diomar Santos pela atitude que teve nesta reunião, porque este tipo de atitudes dignificam e dizem quem as pessoas são. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** disse o Regimento é bem claro, ao dizer "é o Presidente da Mesa que convocará", (não pode convocar, por sua iniciativa), **quando a Mesa assim o deliberar, ou a requerimento dos Grupos Municipais com idêntica representatividade.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que *foi a Mesa que convocou, nem foi o Presidente, porque o Presidente ouviu a Mesa antes da convocatória.* -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** começou por dizer que o representante da Assembleia Municipal, seguramente, a partir desta reunião chega à reunião da Comissão de Acompanhamento e tem a vontade clara e unânime da Assembleia, podendo defender a opinião da Assembleia, que foi convocada para tal efeito. -----

Disse de seguida que o que está claro é municiar o representante da Assembleia na reunião da Comissão de Acompanhamento, para que ele nessa reunião possa opinar de acordo como a Assembleia via o PDM. -----

Continuou, enunciando os motivos de discordância relativamente à realização da Assembleia; um de ordem formal e outro substancial. -----

O formal porque dada a situação em causa estar acima de qualquer divergência política e ser de tal maneira importante que não tem sentido (nem se entende) que a Assembleia convocada (ou forçada a sua convocação), pôr uns contra os outros. Não entendeu porque é que alguns foram excluídos do processo quando todos estão interessados. -----

Substancial, quanto à forma de discutir o PDM. Se querem discutir o PDM haverá muitas formas. Disse ter ideia de algumas, como qualquer outro Deputado terá ideia de outras, mas, em conjunto, teriam arranjado várias e interessantes formas que a todos possibilitaria discutir o PDM com a profundidade, o empenho, a independência e a qualidade que esta causa merece. -----

Disse de seguida, estar convencido que quem promoveu a Assembleia para análise e discussão de assuntos do PDM chegou à Reunião e, relativamente aos assuntos do PDM, disse zero. -----

Pela positiva, surpreendeu-se com o CDS porque foi o único que, até ao momento, trouxe uma proposta sobre o PDM; pode-se concordar ou discordar, mas é uma opinião. -----

O Deputado José Manuel Ribeiro quando fez a defesa da sua proposta levantou uma interrogação inicial; a área urbana diminuiria cerca de 10%. Gostaria de saber o que é que o Deputado José Manuel Ribeiro pensa sobre isso. Estará a favor? -----

A proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS tem cinco itens: -----
- *Primeiro*: rapidez do PDM, estão todos de acordo; - *Segundo*: cumprir o Plano regional, estão todos de acordo; - *Terceiro*: defender a ZIC, estão todos de acordo; - *Quarto*: discussão da revisão em reunião pública da Câmara, todos estão de acordo; - *Quinto*: divulgar amplamente, todos estão de acordo. -----

Considera que isto é redundante, pois já está previsto. Vão aprovar o que já foi aprovado, ou está na lei. Se não está na lei, já foi aprovado. -----

Disse de seguida acreditar que o Grupo Municipal do PS que foi quem promoveu a Assembleia e arregimentou o Grupo Municipal da CDU e o Grupo Municipal do BE, tinham feito o trabalho de casa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Do Grupo Municipal da CDU ouvimos: “dada a complexidade do que está em causa ainda não temos opinião final mas depois quase dão parabéns ao documento de revisão!” -----

Já do Grupo Municipal do BE: “na alteração do uso do solo prejudicar o menos possível a área verde donde, a área urbanizável deve descer”. -----

Continuou: “dizem que as áreas industriais existentes têm uma ocupação baixa. Eu também acho que sim, mas temos que saber porquê. A forma como têm sido tratadas, como têm sido fomentadas, como têm sido divulgadas? Estará certo o modelo no actual PDM? Para responder a estas questões é que devemos discutir o PDM. -----

Na sua opinião o que está em causa é demasiado importante para brincadeiras, e jogos. -----

Entende que o Grupo Municipal do BE e o Grupo Municipal da CDU queiram discutir o assunto mas, se bem percebeu, pela proposta do Grupo Municipal do BE, a melhor forma de discutir nem é na Assembleia, mas sim arranjar uma comissão que tenha uma maneira diferente de aprofundar a questão, e depois sim discutir na Assembleia o resultado dessa Comissão. -----

Já quanto ao Grupo Municipal do PS não entende a posição, pois o PS tem Vereadores na Câmara. Estes, não comunicam aos Deputados o que é que se está a passar, o que estão a discutir e o que é que a Comissão de Revisão vai fazendo? É levado a crer que não porque, se tal não acontecesse, a posição dos senhores deputados do PS seria diferente. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que o Grupo Municipal do PS ficou muito satisfeito com a intervenção de apoio do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, designadamente com o ponto relacionado com a ZIC. -----

Só não compreende (m) porque é que o Presidente da Junta de Alfena anda permanentemente a promover uma zona industrial que não fica no seu território?! Não compreendem mas vão compreender um dia destes! -----

Disse de seguida: o problema é que a população passa muito ao lado do PDM. E dizer que é muito técnico, que é complexo, que é profundo, que é difícil, isso assusta-o, porque foi com este tipo de justificação que se aprovaram os PDM de primeira geração e de segunda geração. -----

Os Valonguenses, um dia destes vão perguntar o que o Vice-Presidente da Câmara dizia no outro dia; Valongo tem um profundo desequilíbrio entre a oferta de habitação, e a procura que não há! -----

Continuou dizendo: “isso não aconteceu por geração espontânea. É a decorrência das opções de ordenamento para este concelho com o que o PS não tem, rigorosamente, nada a ver e aliás, nenhum Partido representado na Assembleia. O CDS, no início, nem sequer fazia parte da coligação!” -----
Portanto, as opções de ordenamento do território são totalmente da responsabilidade do PSD. Ficava bem ao PSD assumir essas responsabilidades. -----

Acréscitou que não é possível fazer nada porque os erros estão cometidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O que querem é que o processo seja totalmente diferente, que seja amplamente participado, querem perceber as opções. -----

Em seu entender existe uma orientação política, quando um Presidente de Câmara ou um Vereador diz: crie-se ou abra-se um processo de alteração do PDM; está a dar uma ordem política, está a dar uma ordem aos técnicos para irem compatibilizar os instrumentos legais e a lei com aquilo que é a vontade pública e privada, criar riqueza, criar postos de trabalho. -----

Disse de seguida que o Vice-Presidente da Câmara, com muita sinceridade, disse há uma semana, "quanto mais discussão melhor, quanto mais escrutinado este processo melhor, quanto mais esclarecimento melhor", e concluiu que estão aqui a dar um contributo para isso. -----

Reiterou que a Recomendação tem um conjunto de questões que são pacíficas tendentes a que o representante da Assembleia Municipal tenha um mandato claro para o dizer e que não querem desvirtuar a vocação da ZIC. --

Andam há 20 anos a dizer á população que a ZIC é que é; o PS também disse isso; o antigo Presidente dizia isso; o actual Presidente da Câmara também diz isso mas, quanto é que a Câmara já gastou na Via Distribuidora de Campo? Deve ser para cima de 10 milhões de euros, muito mais, a Via Distribuidora é para quê? É para potenciar a ZIC! -----

Disse ainda, que foi o PS quem fez a sugestão para a equipa do PDM reunir com os Partidos Políticos; tiveram essa oportunidade; não faltam propostas mas, a população também tem que fazer propostas. -----

Têm que se firmar vectores claros do ponto de vista de opção de futuro. Não se pode dizer àqueles que investiram em Campo que é claramente um activo, numa lógica de estruturação do desenvolvimento económico pela ZIC e depois andarem a desvirtuar. -----

Informou que iria fazer, nessa semana, um Requerimento no sentido de serem conhecidas todas as parcelas. -----

Sobre a questão dos 10% afirmou que não é um exclusivo de Valongo. Decorre do PNPOT pois chegaram à conclusão que a área de construção em Portugal, (o somatório dos PDM) permitia construir habitação para 30 milhões de portugueses. Como somos 10 milhões, dá para perceber a irracionalidade de tudo! -----

O PNPOT - Plano Nacional de Ordenamento do Território, que é um documento considerado positivo, deu uma orientação que depois passa para um nível inferior, os Planos Regionais, que dizem claramente - têm que reduzir a área urbanizável. Disse que está favor disso. -----

E terminou afirmando: para os proprietários de terrenos, é justo que saibam que de um dia para o outro os seus solos passem a valer mais, ou passem a valer menos, até porque isso tem implicações no imposto que pagam. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira** começou por cumprimentar o Deputado Alexandre Teixeira por ter à sua disposição uma equipa técnica capaz de discutir toda a documentação que estão a tratar na Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que para ele, a reunião está a ser importante; serviu-lhe para conhecer melhor um documento que ainda não teve tempo para ler, mas está curioso por conhecer as fundamentações do projecto do PDM. -----

Afirmou que existem vários pontos coincidentes com o que pensa; reduzir a área de construção; racionalizar a distribuição da malha urbana; melhorar as disponibilidades de serviços à população e concorda também com a ZIC. ----

Disse ser uma vítima da ZIC há 15 anos. Está lá, como empresário há 12 anos e penou 3 anos para obter o licenciamento para construir. Reconhece e já o expressou mais do que uma vez que a ZIC é um potencial enorme que o Concelho tem. -----

Mas, também concorda que a ZIC foi uma mancha colocada no mapa do concelho e ponto final. Ainda nem Internet tem! -----

Disse ainda: temos um representante deste órgão na Comissão de Acompanhamento e, na sua opinião, esse representante serve para, regularmente, informar a Assembleia do que é que lá vai fazer. -----

Relativamente à reunião em análise só têm uma proposta concreta: "a do Grupo Municipal do CDS, com a qual concordo em absoluto". -----

Disse de seguida: "sou muito crítico relativamente à distinção entre a técnica e a política já que quanto mais sabedores forem os políticos melhor acção terão na sua actividade". -----

Não se deve escamotear a questão que o PDM que é um documento fulcral para o desenvolvimento de um concelho. Mas este concelho precisa de, antes de fazer o PDM, saber para onde vai. -----

E acrescentou: temos que pensar o que é hoje Valongo; o que se quer de Valongo e, a partir desse conceito base, "construir o castelo". Enquanto não tivermos essa questão de base clarificada o que se for fazendo terá resultados espúrios como aliás, estamos habituados a ver e que têm vindo a conduzir à situação em que estamos. -----

Terminou dizendo que todas as oportunidades são boas para serem informados e que a sua senha de presença está à disposição. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por constatar que foram referidas várias questões que, de alguma maneira, dizem respeito ao comportamento do Executivo. -----

Foi dito, com um certo ênfase, que esta reunião foi marcada com o intuito de todos os Partidos, mesmo os não representados no Executivo Municipal, poderem acompanhar o processo. -----

Informou de seguida que a Câmara Municipal já promoveu uma reunião com todos os Grupos Municipais, de acordo com o que estava combinado com a Mesa da Assembleia Municipal, para apresentação da proposta de Revisão do PDM e, desde então, a proposta não se alterou substantivamente. -----

Para além disso e, por solicitação, reuniu o grupo de trabalho com algumas das forças partidárias. Entretanto, também respondeu a requerimentos que foram colocados e a requisitar um conjunto de documentos e deliberações. -- Disse de seguida que a posição do Executivo é de fornecer o máximo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

informação possível sobre a proposta de Revisão do PDM em curso -----
Conforme disse na passada Conferência de Representantes da AM; vão ter que fazer um esforço no sentido de transcrever do documento associado ao processo, que sob o ponto de vista técnico é de difícil análise, um documento fiável e esclarecedor numa linguagem mais comum. -----

No momento em que o documento/proposta esteja estabilizado e antes de ser apresentado à discussão pública vamos poder fazer um trabalho de simplificação eliminando o que for muito técnico, para que os Municípes possam compreender o essencial das ideias que lá estão vertidas e discutilas de uma maneira mais ampla e simples. -----

Informou de seguida que relativamente ao Grupo Municipal da CDU e do Grupo Municipal do BE, o Executivo está disponível para prestar qualquer esclarecimento no âmbito deste processo do PDM, que achem necessário. ---
Relativamente à Via Distribuidora os gastos que a Câmara teve foram de 2 milhões de euros, e não 10 milhões de euros como foi mencionado pelo Deputado José Manuel Ribeiro. -----

Quanto aos 10% de diferença esclareceu que não decorrem de planos de índices superiores, pois o que existe é uma recomendação para atingir o saldo zero, havendo inclusive Municípios que vão propor um crescimento. ---
Continuou dizendo que todos têm consciência de que estão a correr contra o tempo. Afirmou que o primeiro PDM que aprovaram para Valongo não terá sido o ideal, mas recordava que o PS quando em 1993, abandonou a Câmara por força do voto, não tinha o PDM pronto e a Câmara Municipal de Valongo, foi confrontado com o seguinte dilema " se um ano depois, não tivesse um PDM aprovado perdia o acesso a fundos comunitários". -----

Disse ainda que leu o último Edital da 3ª Reunião da Comissão de Acompanhamento e que ouviu falar de muitos assuntos mas estranhou não ouvir ninguém a falar sobre os assuntos para essa 3ª reunião da Comissão de Acompanhamento. -----

Considerou que a 3ª reunião da Comissão de Acompanhamento é uma reunião onde vão estar representadas cerca de 30 entidades que têm que ser consultadas, que já receberam uma proposta para analisarem e o que se pretende nesta fase é um esclarecimento de dúvidas para uma maturação e poder-se depois completar o documento. -----

Disse de seguida que na reunião em análise só o Executivo Municipal tem capacidade para falar sobre opções políticas. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** disse que gostaria de fazer um reparo relativamente à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, quando diz que a responsabilidade pelo caos urbanístico do Concelho é do PSD. -----

Disse de seguida que o PSD tem alguma responsabilidade, mas o PS também tem, desde o tempo do Dr. João Moreira Dias, já que foi vereadora da CMV no último dos seus mandatos -----

Informou que foi nessa altura que se começou a desenvolver, (não a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

implementar no terreno), o projecto da ZIC, bem como é dessa altura a responsabilidade da Encosta do Vale, a criação de casas no Monte da Senhora dos Chãos, o começo da Quinta da Lousa, os dois prédios na entrada do Susão, o edifício da Câmara e o edifício da Ilha, situações que em algumas das quais até poderá ter a sua quota de responsabilidade pois já não se recorda como votou na altura. -----

Depois, outros projectos se concretizaram em todo aquele volume de construção influenciados também pela situação socioeconómica e política da altura, pois pensou-se que os tempos de crise nunca chegavam levando a que fosse permitido o excesso de construção que houve em Valongo. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Diomar Santos gostaria de dizer que hoje a sua personalidade revelou ser um Homem no verdadeiro sentido da palavra. Todos os deputados do PSD estão satisfeitos pelo seu pedido de desculpas e já enviei uma mensagem ao Daniel Gonçalves a dizer isso mesmo dando-lhe conhecimento deste assunto e da sua atitude. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Castro Neves, em que não sabia como é que ia ser a orientação do PSD relativamente aos documentos em discussão informou que tinha acabado a sua intervenção dizendo: não contem com o PSD para personagem de uma peça de teatro que não é nossa; portanto, podia-se depreender qual ia ser o sentido de voto relativamente a tudo aquilo que fosse aqui colocado à votação. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** disse que sobre a questão da Comissão Adoc que o Grupo Municipal do PS falou, gostaria de saber se é uma formalização ou se é uma proposta. -----

Disse de seguida que ouviu mais de uma vez falar de propostas, votar propostas; acha que há um entendimento um bocado desfocado do que é esta Assembleia, pois não se podem votar propostas sobre o PDM sem prejuízo de colocar preocupações e trazer ideias e foi o que o Grupo Municipal do BE apresentou. -----

Relativamente à intervenção do Presidente de Junta de Alfena, Rogério Palhau, considerou que apenas leu uma palavra ou duas da intervenção do Grupo Municipal do BE e depois, disse zero. Porém, se ler tudo encontrará três pontos essenciais; um de caracterização; outro de preocupação em termos do que é o alargamento ou libertação de terrenos para zonas industriais; (e não estão a falar de 50 ou 100 metros, mas sim de 800 mil metros, (80 hectares). A terceira questão referenciada foi a das áreas já existentes como zonas industriais. -----

Disse de seguida que pensava que o Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Rogério Palhau, ia levar algumas preocupações, tal como manifestou na visita que fizeram a Alfena, em que falou em duas centralidades. A sua preocupação de no PDM estarem duas centralidades, uma na Codiceira, outra na Quinta da Bandeirinha. Quando foram ao nó de saída da A41 foi dos que mais falou sobre as zonas que se propunham para área empresarial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Pensava que iria trazer hoje essas preocupações, mas pelo contrário limitou-se a criticar a Assembleia e os pressupostos da convocatória. -----

Sobre a intervenção do Deputado Diomar Santos disse já o conhecer há 40 anos e que lhe reconhece honra e a hombridade quando tem que reconhecer qualquer erro que cometa. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse que pretendia avivar, mais uma vez, a memória do Deputado José Manuel Ribeiro. Não gosta que ele continue mal informado acerca da descaracterização da cidade de Valongo! -----

Disse de seguida que as maiores aberrações que existem na cidade de Valongo são da total responsabilidade do PS, tais como: -----

- O Bairro das Pereiras, em pleno centro da cidade; - A travessia da A4, que é da responsabilidade do PS; - A urbanização da Quinta da Lousa, mesmo depois de lá haver duas unidades industriais, foi autorizada pelo PS; - A urbanização do Monte da Senhora dos Chãos que também é da total responsabilidade do PS. -----

Continuou dizendo que mais grave é que antes de aquilo ser urbanizado, e ser público, já alguns amigos do PS tinham conhecimento e claro, depois implantaram lá as urbanizações. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** começou por dizer que o Deputado José Manuel Ribeiro deixou uma interrogação no ar. Aliás já estava a contar, pois é normal deixar coisas no ar; mas precisá-las, defini-las ou pôr o nome nas coisas, nada! -----

E a pergunta que ficou no ar é: porque é que defende a zona industrial que não é propriedade de Alfena? -----

Disse de seguida que defende a zona industrial de Alfena, como defende a ZIC, porque se preocupa com o futuro do concelho de Valongo. Preocupa-se com as pessoas que não têm emprego; as pessoas que não têm pão para dar aos filhos porque não têm emprego. É o desemprego que o preocupa. ----

Sobre as zonas industriais, por acaso uma é em Alfena, mas se não fosse em Alfena era a mesma coisa, porque a ZIC não é em Alfena e é favor defendendo a sua dinamização e melhores condições de acesso.-----

Relativamente à intervenção do Deputado António Monteiro, de estar à espera que falasse, disse que falou em Alfena porque recebeu os Deputados, e mostrou-lhes as suas preocupações. -----

Relembrou que disse ao Presidente da Comissão de Revisão do PDM que aquilo que ele acha que é técnico, para ele não é nada técnico, é uma opção que tem a ver com a boa política; nestas circunstâncias as pessoas ou querem ou não querem e, quando os políticos decidem propor, os técnicos resolvem a melhor forma de pôr lá as propostas. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** solicitou que se fizesse chegar à Câmara Municipal as propostas concretas que o CDS/PP apresentou. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse ter sido acusado pela intervenção que fez ao dizer, que ainda não têm uma opinião definitiva e gostava de saber se alguém a tem, pois acha estranho que já tenham uma opinião definitiva sobre uma coisa que está em discussão. -----

Disse de seguida que deram (em nome da CDU) os parabéns ao Gabinete, mas ainda não viu ninguém a criticar o Gabinete; quanto a eles o trabalho técnico está muito bem feito; agora o que lhes cabe e a opção é política. -----

Em relação à questão das ideias se não houve mais contributos, a quem é que se deve? Foram poucos e só o representante do CDS levou algumas questões; da sua parte levaram uma ideia generalizada sobre o problema. ----

Por último, disse que relativamente à intervenção do Deputado Castro Neves, informou que assinaram de boa fé a convocatória e, de boa fé, assinarão tudo aquilo que entenderem que é positivo, mas não assinam qualquer coisa, assinam aquilo que considerarem positivo. -----

Terminou dizendo que pelo desenrolar da discussão chegou à conclusão de que a reunião valeu a pena, não estando arrependidos de terem assinado a proposta. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão da Recomendação anexa à presente acta como **Doc. 3**, sendo admitida por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a Recomendação anexa à presente acta como **Doc.3** sendo reprovada por maioria, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 12 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS e 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE. -----

Votos Contra: 17 votos contra, sendo: 10 votos contra do Grupo Municipal do PSD, 6 votos contra do grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 3 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“O PS declara, após a votação da Recomendação sobre o processo de Revisão do Plano Director Municipal de Valongo, que fica claro para a população que está encontrada uma nova Coligação de Poder na Câmara Municipal de Valongo. -----

Portanto, o Partido Socialista estará muito atento, designadamente aos processos que vão esta semana à Câmara, de criação de mais zonas industriais, e eventualmente teremos que, mais uma vez, denunciar estas situações ao Ministério Público. -----

Portanto, o PS não está disponível para a especulação imobiliária que se prepara, e para o saque que se prepara neste Concelho, e portanto estaremos muito vigilantes, e fica claro como a água que quem governa a Câmara neste momento é o PSD e a Coligação Independente desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Câmara.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Nós quando subscrevemos o documento para a realização desta Assembleia Municipal, da nossa parte não estava nada subjacente a não ser a necessidade e a utilidade, que considerávamos para a discussão deste assunto, creio que foi atingido. -----

Em segundo lugar, creio que, por parte do PS se queria o nosso voto deveria, no nosso entender, proporcionar-nos a leitura antecipada de determinado objectivo, dar-nos condições para estudar e assim nos pronunciarmos. -----

Assim, com esta atitude fica provado de que não havia nada concertado entre nós, não há nenhuma frente, não fazemos parte da Coligação que vai ser responsável, portanto a nossa posição foi esta, vê-se pela falta de posição mais bem construída, foi por isso que nos abstivemos.” -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do CDS/PP Alexandre Manuel da Silva Teixeira** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Julgávamos que hoje se iria aqui discutir, eventualmente tanto se tem ouvido falar das ameaças de recorrer e denúncias para Ministério Público, e tantas confusões que aí estão -, julgávamos que iriam aparecer algumas propostas.

O CDS/PP sendo um Grupo Municipal dos mais pequenos - em conjunto com a CDU e o BE,- efectivamente fez trabalho de casa; não temos um grupo de trabalho tão extenso quanto isso, não somos profissionais da política, somos gente do Concelho que tem preocupações pelo Concelho. -----

Nesse sentido, perdemos, i.é consumimos algumas das nossas horas a estudar documentos sem nenhum substrato de apoio da máquina partidária, como aqui eventualmente tenha sido insinuado; deve-se ao nosso trabalho, deve-se ao nosso esforço, e deve-se às nossas preocupações para Valongo.

Nesse sentido julgávamos que tivessem outros Grupo Municipais trazido propostas, vamos daqui vazios de propostas. -----

Termino dizendo que a proposta aqui apresentada pelo PS recebeu o voto de abstenção do CDS/PP e recebeu porque, são cinco pontos, quatro com os quais nós concordamos, mas há um com o qual nós discordamos e que tem a ver com a abertura à discussão em sede de reuniões públicas da Câmara Municipal. -----

O documento que estava à votação era este na íntegra, como tal só podia levar o voto de abstenção, não há outra razão que não esta.” -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** foi dada por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Na reunião de 28 de Junho desta Assembleia Municipal, no final da intervenção do Sr. Deputado Daniel Gonçalves, num aparte espontâneo e precipitado utilizei algumas palavras grosseiras susceptíveis de poderem ser consideradas ofensivas da honra do Sr. Deputado Daniel Gonçalves.

Como não está na minha índole o insulto pessoal, entendo que as palavras do aparte, nada habituais na minha linguagem, possam ter sido interpretadas, embora não tivesse sido essa a minha intenção, como uma ofensa pessoal ao Senhor Deputado, o que sinceramente lamento.

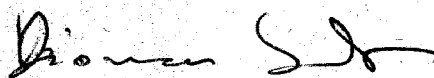
Na Assembleia quando me chamaram a atenção, exigindo um pedido de desculpas, como nem sequer me tinha apercebido das palavras que havia pronunciado, não o fiz, aquando da minha intervenção. No fim da reunião já ciente do teor da minha frase dirigi-me ao Sr. Deputado Daniel Gonçalves, pedindo-lhe desculpas e lamentando o sucedido acrescentando que enviaria para a Mesa da Assembleia, um pedido formal de desculpas por escrito para ficar registado em acta.

Não o fiz, tendo resolvido ler uma comunicação na primeira reunião da Assembleia, após os acontecimentos, para que não restassem quaisquer dúvidas, do meu posicionamento.

Assim, quero pedir desculpas públicas ao senhor Deputado Daniel Gonçalves, pelo aparte que lamentavelmente proferi e expressar-lhe que nunca foi nem nunca poderia ter sido minha intenção ofender a sua honra.

Valongo, 20 de Setembro de 2010

O Deputado



Diomar Santos

O PSD na reunião de líderes já teve oportunidade de manifestar o seu desacordo relativamente à convocação desta reunião da Assembleia Municipal. Tal discordância não significa que entendamos que o PDM não deva ser discutido e não deva ter os contributos de todos... não é esse o entendimento do PSD. Nós pensamos que o PDM, pela sua importância para o desenvolvimento da nossa terra, deve ser do conhecimento de todos e deve ter o maior número possível de contributos. Pensamos, isso sim, que o modelo escolhido por parte dos membros desta Assembleia com total desprezo pelos demais que representam mais de 50% do eleitorado não é nem o mais adequado nem oportuno. Não é adequado, porque se o que se pretende é obter esclarecimentos, não vejo como numa reunião da Assembleia tal seja possível ... os técnicos responsáveis não são seus membros... a nosso ver o modelo de realização de reuniões de trabalho com os referidos técnicos seria mais frutuoso. Aliás já se realizaram reuniões quer com todos os Deputados da Assembleia, quer com forças partidárias que o solicitaram. Além disso, a Câmara tem também respondido a pedidos de esclarecimento ... o que demonstra o espírito de abertura do executivo e a transparência deste processo...

Poderão dizer, como já o fizeram, que esta reunião se destina a habilitar o nosso representante na Comissão de Acompanhamento a emitir uma opinião que é a da Assembleia e não pessoal. Tudo bem ... mas sabem sobre que incide o parecer da Comissão de Acompanhamento? Eu lembro: Artigo 75.º -A – do DL 380/99, de 22 de Setembro, resultante das alterações introduzidas pelo DL 46/2009, 20 de Fevereiro, que tem como epígrafe - **Acompanhamento dos planos directores municipais** (....) nº 4 — A comissão fica obrigada a um acompanhamento assíduo e

D. M. L.

continuado dos trabalhos de elaboração do futuro plano, devendo, no final, apresentar um parecer escrito, assinado por todos os seus membros, com menção expressa da orientação defendida, que se pronuncie sobre os aspectos seguintes: a) Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; b) Compatibilidade ou conformidade da proposta de plano com os instrumentos de gestão territorial eficazes; c) Fundamento técnico das soluções defendidas pela câmara municipal.

Senhores e senhoras Deputados ou eu não percebo nada de português ou as competências da Comissão de Acompanhamento incidem apenas sobre aspectos legais e técnicos e de compatibilidade do PDM com outros planos em vigor ... Não sobre opções que tenham sido adoptadas ... essas opções são legais e tecnicamente possíveis? Então o parecer só pode ser positivo. O que se compreende, afinal a quem cabe a definição do que se pretende para o Conselho? Àqueles que não são do Concelho, como é a maioria dos elementos da Comissão de Acompanhamento? Sendo estas as competências da Comissão de Acompanhamento, esta reunião com quem deveria ter lugar? Com os técnicos responsáveis ... deveria ser, por isso, o modelo por nós defendido. Se assim fosse o Senhor Deputado que representa esta Assembleia na Comissão de Acompanhamento poderia afirmar sem qualquer dúvida que o que está feito até agora está bem ... ou mal

Outra questão que entendemos importante para demonstrar a inoportunidade da convocação e consequente realização desta Assembleia tem a ver com o regime legal de aprovação do PDM – o legislador colocou nas mãos da Câmara Municipal a tarefa de elaboração do PDM, cabendo à Assembleia Municipal, no final, aprova-lo. Em qualquer outra fase do procedimento não está prevista a intervenção da Assembleia Municipal – isto é tanto mais de salientar quanto é verdade que a lei estabelece de forma



minuciosa o procedimento a seguir, regula em pormenor o direito de informação e de participação dos cidadãos e das associações, que a qualquer momento têm o direito de ser informados ou de dar sugestões ... e, estranhamente, não prevê a intervenção da Assembleia ao longo do procedimento. A meu ver mal, pois este regime representa uma desvalorização do papel da Assembleia Municipal. Mas foi a opção do legislador que temos que respeitar!!!! É esta a lei que temos ... que por acaso até foi feita pelo PS!!!

Por último e ainda relativamente à realização desta sessão só mais uma coisa, esta reunião vai servir para alguns deputados, virem aqui apenas expor as suas ideias, quando cada grupo o poderia fazer directamente ao executivo, ou poderia ser feita via reunião de líderes ... pois esta reunião não é deliberativa, não temos poder para aprovar nada ... Só que propostas directas ao executivo não são visíveis aos olhos da população e dos militantes!!! Não contem com o PSD para personagem de uma peça de teatro que não é a nossa!!!! ...

Valongo, 20 de Setembro de 2010

Pelo grupo municipal do PSD
Rose 7^a House North Bch



Doc. 3
GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

7

RECOMENDAÇÃO

SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VALONGO

Tendo presente a importância que o planeamento transparente e participado assume hoje no desenvolvimento e afirmação dos territórios, designadamente o Plano Director Municipal, carta magna das autarquias, onde se verte a visão de médio prazo para um território, e que deve ser intensamente acompanhado, explicitado e participado pela população e forças vivas dos diversos territórios, designadamente à luz da nova legislação muito em particular o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro;

Tendo em consideração o novo quadro legal, que trouxe mais responsabilidade às Autarquias locais no planeamento e gestão do território, designadamente através do Decreto-Lei nº 317/2007, de 19 de Setembro, bem como através dos Decretos Regulamentares nº 9/2009, nº 10/2009 e nº 11/2009, de 29 de Maio, que regulam os conceitos na área do ordenamento do território e do urbanismo; que fixam a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial e na representação de quaisquer condicionantes e que regulam os critérios de classificação e reclassificação do solo, respectivamente;

Tendo presente que todo o processo de revisão do Plano Director Municipal de Valongo já se desenvolve há mais de 10 anos, o que não cria as melhores e mais adequadas condições para uma boa gestão do território, no plano urbanístico em particular, o que não se adequa a uma boa salvaguarda dos interesses estratégicos do município de Valongo;

Considerando que as decisões de classificação de solos enquanto espaços urbanizáveis, visam a sustentabilidade, a valorização e o bom aproveitamento do território, e devem fundamentar-se sempre na indispensabilidade e adequação quantitativa e qualitativa dos solos para implementação das estratégias de desenvolvimento local;

Considerando as orientações estratégicas do Quadro Prévio de Ordenamento vertidas na proposta de revisão do Plano Director Municipal de Valongo, designadamente ao nível da promoção de áreas industriais ou empresariais com vista à criação de riqueza e de postos de trabalho, e muito em particular a importância estratégica da Zona Industrial de Campo, vulgo ZIC;

Considerando os enormes e avultadíssimos investimentos que o município de Valongo tem vindo a efectuar na Via Distribuidora em Campo, que se encontra praticamente concluída, e que potenciará a Zona Industrial de Campo, considerada desde 1990 por todos os executivos camarários como a área concelhia mais vocacionada para funções logístico-empresariais, sendo por tal inserida no Plano Director Municipal aprovado em 1995 e objecto de um plano de urbanização iniciado entretanto pela Câmara Municipal de Valongo;



Considerando a necessidade de acautelar a urgente necessidade de dinamização do tecido económico municipal e a necessidade de contrariar a dispersão existente destas actividades no concelho de Valongo, onde se destaca a Zona Industrial de Campo, área que o Plano Regional de Ordenamento do Território Norte prevê como principal área logístico-empresarial da Área Metropolitana do Porto, face às excelentes acessibilidades, com o nó de acesso à A41 e ao terminal ferroviário;

Tendo presente as recomendações à Câmara Municipal, aprovadas pela Assembleia Municipal, no sentido de tornar públicas todas as reuniões do órgão executivo do município, bem como exigir previamente a todos os potenciais interessados em alterações do Plano Director Municipal, designadamente por motivos de criação de novas zonas industriais ou empresariais, e à semelhança daquilo que deve ser prática normal do Estado nas relações com particulares, a celebração de um contrato de investimento, através do qual se possa, à partida, identificar e fixar os promotores, os investidores, o número previsível de postos de trabalho a serem criados por cada empresa e os prazos de investimento;

Considerando a necessidade premente de garantir que o processo de revisão do Plano Director Municipal, instrumento fundamental para o futuro do Concelho de Valongo, se conclua o mais rapidamente possível, e não fique vulnerável a quaisquer processos pontuais de alteração do mesmo, que desvirtuem toda a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local;

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em Sessão Extraordinária delibera a seguinte Recomendação à Câmara Municipal, bem como ao seu representante na próxima reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Valongo, que se realiza no próximo dia 22 de Setembro:

1 – O processo de Revisão do Plano Director Municipal de Valongo deve ser concluído o mais rapidamente possível, salvaguardando a necessidade de envolver e esclarecer as populações, associações e empresários, através de várias sessões públicas sobre as alterações a introduzir, realizadas freguesia a freguesia, designadamente à luz do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro;

2 – A proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Valongo deve cumprir as orientações de planeamento vertidas no Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte;

3 – A proposta de Revisão do Plano Director Municipal deve defender e potenciar a importância estratégica da Zona Industrial de Campo, activo estratégico do concelho de Valongo, que o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte considera como o principal espaço Logístico-Empresarial da Área Metropolitana do Porto, face às excelentes acessibilidades, com a via distribuidora de ligação à A41 e o terminal ferroviário, e que não deverá ser colocada em causa por opções casuísticas, dispersas e pouco fundamentadas;



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

4 – Todas as discussões e decisões sobre a proposta de revisão do Plano Director Municipal devem ser efectuadas em reuniões públicas da Câmara Municipal, tendo em consideração a lei bem como a recomendação aprovada em Assembleia Municipal, designadamente porque se trata de uma boa prática no âmbito do aprofundamento da ética republicana e porque nos casos de matérias altamente relevantes para o futuro próximo das populações, como é o caso da Revisão do Plano Director Municipal, contribui para um maior esclarecimento e envolvimento dos cidadãos nas questões públicas;

5 – A proposta de Revisão do Plano Director Municipal deverá ser amplamente divulgada, designadamente pela Câmara Municipal, através da internet e das Juntas de Freguesia, entre outros canais de informação, bem como, deverão ser preparados documentos de apoio construídos de forma amigável e numa linguagem acessível a todos os cidadãos, sem quaisquer excepções, por forma a facilitar e induzir uma melhor compreensão de todas as implicações das opções estratégicas que orientarão o desenvolvimento do concelho nos próximos 10 anos;

Valongo, 20 de Setembro de 2010

1/ O Grupo Municipal do Partido Socialista de Valongo

Sobre a revisão do Plano Director Municipal de Valongo
Assembleia Municipal de 20 de Setembro de 2010

1. A CDU associou-se ao requerimento solicitando a realização desta Assembleia Municipal extraordinária crendo que esta seria uma oportunidade relevante para aprofundar a discussão em torno de um documento da maior importância para o concelho de Valongo como é a proposta de revisão do Plano Director Municipal.
2. Vale a pena notar que, dada a extensão e complexidade da proposta, prossegue a avaliação, pela CDU, do conjunto de documentos que a compõem, o que significa que não estamos ainda em condições de apresentar um posicionamento definitivo sobre esta matéria.
3. Algumas notas e interrogações podem, não obstante, ser avançadas. Em primeiro lugar, importará reconhecer o rigor e qualidade do relatório que suporta as opções do Plano e as correspondentes peças desenhadas. Trata-se de um documento exaustivo sobre o concelho de Valongo, nas suas mais variadas vertentes, que fornece informação de grande importância para uma acção política mais ajustada face à realidade deste território e às necessidades com que as populações que nele residem e que o utilizam se confrontam presentemente. Da sua leitura resulta, portanto, como não poderia deixar de ser, uma compreensão mais aprofundada acerca das justificações na base de algumas das principais opções da revisão do PDM.
4. O relatório em causa constitui também uma ilustração cabal dos resultados das opções e medidas de política tomadas pelas sucessivas lideranças desta Câmara ao longo dos últimos trinta anos. Iniciada com o Partido Socialista na década de 1980 e prosseguida e aprofundada pelo PSD nas duas décadas seguintes, a aposta deliberada num modelo de desenvolvimento assente na urbanização sem regras e no crescimento imobiliário desmedido e não planeado, se, por um lado, fez crescer exponencialmente a população concelhia, por outro lado, gerou problemas gravíssimos aos mais diversos níveis, condicionando sobremaneira as possibilidades da intervenção autárquica subsequente e o próprio desenvolvimento integrado e sustentável deste território-charneira que é Valongo. O diagnóstico apresentado no relatório que acompanha a proposta de regulamento e de novo desenho do PDM é claro: problemas sérios ao nível dos transportes e acessibilidades; expansão urbana desordenada; delapidação de recursos naturais e patrimoniais; oferta habitacional



desmesurada face às necessidades existentes e previstas; escassez de equipamentos e serviços públicos, designadamente em matéria desportiva e de apoio social; etc. Não admira, por isso, que as opções de revisão do Plano contenham, implícita e explicitamente, uma crítica ao modelo de desenvolvimento seguido até aqui, propondo, em alternativa, uma visão assente em ideias como a contenção da urbanização e a consolidação e estruturação dos espaços urbanos existentes; a valorização do vasto património ambiental concelhio; a aposta na qualificação da rede de transportes concelhia, com promoção dos transportes públicos e, em geral, dos transportes “limpos”; e o reforço da oferta de equipamentos, no quadro de uma aposta no reforço geral da qualidade de vida oferecida pelo concelho. Espera-se, naturalmente, que os responsáveis pelas entorses ao desenvolvimento de Valongo saibam retirar consequências do que neste relatório se diz e assumam, finalmente, uma mudança de rumo, mudança que, de resto, tantas vezes foi proposta pela CDU.

5. Não nos parece, contudo, fácil que isto aconteça. Note-se, por exemplo, que, numa altura em que estava já em marcha o processo de revisão do PDM de Valongo, a Câmara propunha planos de urbanização e de pormenor (PU Vilar-Bela, PP Centro de Ermesinde, PU 4 Caminhos/Alfena) – nalguns casos invocando o inevitável “interesse público”... –, obrigando à sua integração na proposta e, portanto, inevitavelmente, condicionando os seus contornos.

6. cremos, aliás, que é neste plano mais “micro” que se vai jogar muito do que será a evolução do território concelhio. No plano intermédio do PDM, acreditamos que as grandes opções propostas – que passam, sobretudo, pela contenção do crescimento da área urbana, pela compactação e estruturação das áreas construídas, designadamente nas zonas centrais das freguesias, pela preservação e valorização das áreas verdes e pela racionalização da rede de acessibilidades e transportes concelhia – são plenamente adequadas. O facto de se manterem, sem alterações demasiado evidentes, as áreas urbanas e urbanizáveis, bem como as áreas de Reserva Agrícola e Reserva Ecológica, constitui aspecto que consideramos positivo. Também a proposta de novo regulamento do PDM é mais explícita do que a versão anterior, faltando, porém, à CDU, não só uma análise mais cuidada da mesma, mas também alguns elementos importantes, como os que dizem respeito às dimensões das áreas de cedência nos casos de loteamentos, não incluídos ainda na versão a que tivemos acesso da proposta de novo regulamento.

7. Naturalmente, uma perspectiva mais rigorosa sobre a proposta de ordenamento do novo PDM está ainda dependente da avaliação caso a caso que faremos a propósito das principais inclusões e exclusões no solo urbano previstas, bem como das alterações que serão introduzidas no solo urbano do concelho ao nível dos



índices construtivos (impossíveis de conferir nos formatos de mapas que nos foram fornecidos) e das propostas de exclusões da RAN e REN que agora foram apresentadas. Mas, retomando a ideia de que é num plano mais “micro” que se poderá avaliar as acções a realizar sob os auspícios do novo PDM, aproveitamos para questionar desde já: não poderão as intervenções previstas ou a projectar para as diversas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) do PDM, representando oportunidades específicas de intervenção no território, condicionar ou subverter a execução das principais opções estratégicas deste documento? Não poderá a “compactação do tecido construído”, através da execução de planos de pormenor, resultar na densificação de áreas já de si muito densas, agravando os respectivos problemas em matéria de circulação e de equipamentos? Não será a dispersão de áreas empresariais e industriais, através da execução de novos planos de urbanização, contraditória com o princípio de racionalização da rede de acessibilidades e transportes e com o propósito de preservação do espaço não urbanizado do concelho? Que controlo democrático pode ser feito sobre as iniciativas que, alegando as fracas condições económico-financeiras do país e do concelho e o “interesse público”, introduzirem excepções ao modelo de desenvolvimento proposto pelo novo PDM para o concelho?

8. É fundamental que as intervenções nas UOPG saibam interpretar cabalmente as mensagens contidas no relatório de diagnóstico que acompanha a proposta de revisão do PDM e as grandes opções estratégicas de que este se reivindica. Porque o PDM é um documento técnico, mas sobretudo um repositório de opções políticas, a CDU continuará a aprofundar a reflexão sobre este tema e estará atenta às intervenções que futuramente forem promovidas ao abrigo do regulamento do PDM que vier a ser aprovado. Aprofundaremos também o contacto com as populações e com as forças vivas do concelho, no sentido de conhecer a sua opinião sobre aspectos específicos do desenho do novo PDM e bater-nos-emos pela discussão pública e participada deste tão relevante documento.

Valongo, 20 de Setembro de 2010
A Coligação Democrática Unitária



Bloco de
Esquerda

Doc. 5

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE VALONGO

Numa primeira abordagem em matéria de PDM temos em particular preocupação uma das maiores riquezas do concelho de Valongo, ou seja, a preservação da sua vasta área verde e forte componente ambiental. Lembramos que 11% do nosso território encontra-se ao abrigo da Rede Natura e esta é uma marca essencial e um património fundamental à vida no nosso município.

Contudo, temos que ter a consciência que este facto faz recair sobre todos nós a responsabilidade de ter cuidados acrescidos no que respeita à alteração do uso dos solos.

Efectivamente, entendemos que qualquer investimento no nosso concelho deve sempre respeitar o princípio de concentração da malha urbana e de protecção e promoção das zonas verdes. Ou seja, a alteração do uso dos solos deve ser sempre feita de forma a afectar ou prejudicar o menos possível as áreas verdes do concelho.

Acontece, porém, que daquilo que nos apercebemos é que o reforço de áreas industriais ou empresariais visa libertar grandes parcelas de terrenos para a eventual instalação de empresas de serviços e de armazenamento que ~~depois se vão instalar~~ ^{em} ~~em~~ ^{MUITOS CASOS} estabelecer a ligação para o aeroporto que está na Maia ou para o porto que está em Matosinhos, continuando o concelho de Valongo a servir de mera passagem ou intermediário de transacções de mercadorias ou serviços. Na maior parte dos casos tratam-se de empresas que apenas acabam por reforçar um modelo de desenvolvimento para o concelho assente numa actividade voltada para fora, que muito pouco ou nada vai trazer para dinamizar a economia local, remetendo o concelho para o papel secundário na Região Metropolitana do Porto.

Importa também não esquecer que as áreas industriais já existentes no concelho encontram-se muito subaproveitadas, registando taxas de ocupação francamente baixas.

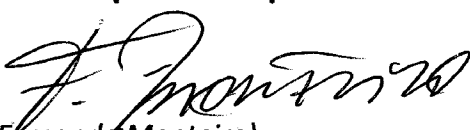


**Bloco de
Esquerda**

Assim, esta acaba por ser uma lógica restritiva e circunscrita das possibilidades do município que deveria ter na sua componente ambiental o seu principal motor de desenvolvimento.

Segunda-feira, 20 de Setembro de 2010

P'lo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,


(Fernando Monteiro)

Sr Presidente da Mesa
Srâs e Srs Vereadores
Sras e Srs deputados

Minhas senhores meus senhores

O actual PDM de Valongo, está com demasiado tempo de vida, e por isso é unânime a opinião que está caduco. E está caduco há mais de ~~20~~ anos. *12 anos 2 anos*

Vai Assembleia Municipal ter a responsabilidade, de neste mandato, definir os termos do novo PDM.

E com esta Assembleia também o CDS/PP tem a oportunidade de com a toda a cautela, e sentido de responsabilidade analisar as propostas técnicas elaboradas pela equipa do Prof Paulo Pinho.

Este documento - o PDM - merece ser observado sempre de dois pontos de vista:

- 1- O técnico
- 2- Mas também o político. Onde devemos todos dizer como queremos que Valongo seja no futuro.

É conhecido o acordo eleitoral entre o CDS e o PSD, que resultou nas últimas eleições da formação de uma coligação que elegeu o actual executivo, e compôs o desenho desta Assembleia Municipal.

Ainda assim, tratam-se de dois partidos distintos, e com tal é natural que cada um traga as suas ideias, e que possam mesmo ocorrer algumas diferenças de opinião.

(Ou não. Ainda não conheço a posição do PSD sobre esta proposta de PDM.)

Os PDM são tão-somente os documentos mais estruturantes da organização e crescimento dum concelho.

A equipa que trabalhou neste documento ao longo dos últimos 2 anos fez um óptimo trabalho de diagnóstico de Valongo como há muito eu não via. Depois desse trabalho efectuaram em colaboração com os técnicos da Câmara as sugestões que entenderam por devidas.

Ora, pelo modo como as revisões do PDM são efectuadas, existe uma grande dificuldade da assembleia municipal poder participar na elaboração de sugestões.

Tem contudo, um representante na Comissão de Acompanhamento do PDM. E pode, e deve por aí tentar incluir todas as sugestões que se lhe ofereçam.

Tendo em vista a realização depois de amanhã da 3ª reunião da comissão de acompanhamento da revisão do PDM, (uma das mais importantes, uma vez que é nessa que devem ser indicadas as sugestões e correcções pelas diversas entidades que a constituem) e também por ser a anterior à final onde o documento fica fechado para discussão publica.

O CDS, após ter estudado a proposta de PDM gostaria, de sugerir os seguintes aspectos:

1- Reconsiderar a deslocalização da estação do Caminho de Ferro de Valongo.

Tendo em consideração que a actual estação ferroviária de Valongo está localizada na zona da Presa e muito distante do miolo urbano, e nesse local servir pouca população, visto não estar ligada a uma via arterial.

Propomos que na carta de condicionantes estejam previstos os terrenos adjacentes ao apeadeiro de Susão para aí se construir uma nova estação ferroviária resultante da expansão do actual apeadeiro.

2- Criação da Saída Norte no novo traçado da A4 e consequente ligação ao nó do Lombelho da A41

Tendo em conta que o novo nó proposto a Oeste da cidade serve uma função de organização viária Oeste/Este, um possível nó a norte criaria uma via distribuidora principal de nível 1 no sentido Norte/Sul, além de beneficiar de uma localização estratégica capaz de estruturar uma transição entre Alfena e Valongo e a consequente ligação entre a A4 e a A41.

(Mapa)

3- Clarificar os mapas de REN e RAN na zona da travagem

Tendo em consideração o estrangulamento verificado na protecção das redes ao longo do rio Leça na zona da travagem, pretende-se a continuidade da protecção destas redes dando uniformidade às manchas já previstas.

(Mapa)